



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA-CENTRO DE EDUCAÇÃO**

**DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**



**EDUCAÇÃO DO CAMPO, AGRICULTURA FAMILIAR E  
SUSTENTABILIDADE NO CASO DO ASSENTAMENTO MASSANGANA  
III/PB.**

**JOSÉ RONALDO DOS SANTOS**

**JOÃO PESSOA – PB  
2017**

**EDUCAÇÃO DO CAMPO E SUSTENTABILIDADE NO CASO DO  
ASSENTAMENTO MASSANGANA III/PB.**

**JOSÉ RONALDO DOS SANTOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Especialização em Educação do Campo  
da Universidade Federal da Paraíba, em  
cumprimento à exigência para obtenção do grau de  
Especialista em Educação do Campo.

Orientador: Prof<sup>o</sup> Antônio Alberto Pereira

**JOÃO PESSOA – PB**

**2017**

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

S237e Santos, José Ronaldo Dos.

EDUCAÇÃO DO CAMPO, AGRICULTURA FAMILIAR E  
SUSTENTABILIDADE NO CASO DO ASSENTAMENTO MASSANGANA  
III/PB. / José Ronaldo Dos Santos. - João Pessoa, 2018.  
37 f.

Orientação: Prof Dr Antônio Alberto Pereira Pereira.  
TCC (Especialização) - UFPB/IV.

1. Educação do Campo; Sustentabilidade; Movimentos So.  
I. Pereira, Prof Dr Antônio Alberto Pereira. II. Título.

UFPB/BC

**EDUCAÇÃO DO CAMPO, AGRICULTURA FAMILIAR E  
SUSTENTABILIDADE NO CASO DO ASSENTAMENTO  
MASSANGANA III/PB.**

**JOSÉ RONALDO DOS SANTOS**

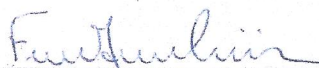
Avaliada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ com conceito \_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**



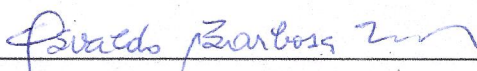
**Prof. Dr. Antônio Alberto Pereira**

Orientador – UFPB/CCAIE (Campus IV)



**Profª. Drª. Francisca Alexandre de Lima**

Avaliadora – UFPB/CE (Campus I)



**Prof. Dr Osvaldo Barbosa Maia**

Avaliador – UFPB/ CE (Campus I)

“O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos, no mínimo fará coisas admiráveis.” (José de Alencar)

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço a DEUS por mais uma conquista em minha vida, por está sempre abrindo os caminhos e apontando as oportunidades para que eu possa seguir em frente na perspectiva de adquirir mais conhecimentos que possam servir de instrumentos a serviço dos que sofrem e padecem de informações. Aos meus familiares que estão sempre apoiando e que também me ajudam na construção deste projeto de construir de mundo melhor. Aos trabalhadores Severino Barbosa da Silva (Biu Viola); José do Nascimento, José Tavares dos Santos; Gilson Barbosa da Silva, Severina Barbosa, Severino (Biu Barbudo), que participaram da pesquisa e que juntos recordamos momentos vividos nas lutas décadas passadas. Agradeço também a todos os professores do curso, ao professor e orientador Antônio Alberto Pereira que pela segunda vez tem dedicado todo um tempo, com muita sabedoria, paciência e dedicação aos meus trabalhos de conclusão. Por fim, agradeço a todos os colegas do curso com quem durante todo o ano conseguimos crescer trocando experiências e buscando novos conhecimentos, gostaria ainda de destacar entre tantos: Livia, Dayane, Heloisa, Socorro Arruda, Vilma Clécia, Mara, José Helvandy e as colegas e companheiras Patrícia Santos e Driely Xavier que a mim, dedicaram todo um carinho especial para a realização deste trabalho.

Para este trabalho, faço uma dedicação toda especial ao meu amigo, irmão e companheiro Antônio Nunes da Silva Primo (Poloi) que nos deixou no ano passado que juntos passamos por muitos momentos bons e difíceis atuando dentro do movimento popular e sindical e que nos últimos 20 anos viveu como assentado da reforma agraria fruto de uma luta, e que sonhava em me ver ao seu lado, organizando os trabalhadores naquela comunidade. Hoje estamos lutando pela desapropriação de uma propriedade ao lado da que ele viveu com a esperança de darmos continuidade a construção de uma comunidade popular unida e organizada.

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo conhecer a realidade da agricultura familiar e da sustentabilidade dos trabalhadores rurais das áreas assentadas na Paraíba a partir da observação do cotidiano do Assentamento denominado Massangana III, no município de Cruz do Espírito Santo - PB, buscando perceber a organização política e econômica dos trabalhadores como também as práticas do uso e ocupação do solo. Apresenta como principais referenciais teóricos Molina, Caldart, Freire, Pereira, Boff, Batista e as Diretrizes Operacionais por uma educação básica do campo, e como resultados a constatação de que: os trabalhadores continuam sendo explorados desde o tempo colonial, que a Educação do Campo está muito longe de se tornar uma realidade dentro das escolas do campo; a sustentabilidade é inviabilizada por falta de recursos, de infraestrutura adequada, falta d'água; uso permanente de agrotóxicos afetando o solo, o meio ambiente e a saúde dos trabalhadores; os movimentos sociais e sindicais estão em estado de dormência; os estudos e os discursos acadêmicos estão bastante além da realidade com raras exceções; os camponeses se encontram desprovidos de assistência dos mais diversos seguimentos como a saúde, educação, políticas públicas; que os trabalhadores em suas bases necessitam apoio e de acompanhamento, voltar às raízes e fazer acontecer na prática os princípios e os conceitos da educação do campo.

**Palavras chaves:** Educação do Campo; Sustentabilidade; Movimentos Sociais; Agricultura familiar.

## **ABSTRACT**

This work aims to know the reality of family farming and the sustainability of rural workers in the areas settled in Paraíba from the daily observation of the settlement called Massangana III, in the municipality of Cruz do Espírito Santo - PB, seeking to understand the political organization and of the workers as well as the practices of land use and occupation. It presents as main theoretical references Molina, Caldart, Freire, Pereira, Boff, Batista and the Operational Guidelines for a basic education of the field, and as results the realization that: the workers continue to be exploited since the colonial time, that the Field Education is far from becoming a reality within the camp schools; sustainability is made unfeasible by lack of resources, adequate infrastructure, lack of water; permanent use of agrochemicals affecting the soil, the environment and workers' health; the social and union movements are in a state of dormancy; academic studies and discourses are far beyond reality with rare exceptions; the peasants are deprived of assistance of the most diverse segments such as health, education, public policies; that the workers in their bases need support and accompaniment, to return to the roots and to make happen in practice the principles and the concepts of the education of the field.

**Keywords:** Field Education; Sustainability; Social movements; Family farming.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>1. EDUCAÇÃO DO CAMPO.....</b>	<b>14</b>
1.1 Breve histórico da Educação do Campo.....	16
1.2 As Diretrizes Operacionais por uma educação básica do campo.....	17
1.3 Conceitos que fundamentam a Educação do Campo.....	19
<b>2. AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTABILIDADE.....</b>	<b>23</b>
<b>3. EDUCAÇÃO DO CAMPO, AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTABILIDADE NO ASSENTAMENTO MASSANGANAIII.....</b>	<b>24</b>
3.1 História da ocupação da fazenda Massangana.....	25
3.2 A produção e a organização do Assentamento Massangana III.....	26
3.3 O lugar da escola na vida do assentamento.....	30
<b>4-CONSIDERAÇÕES FINAIS: ENTRAVES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS.....</b>	<b>33</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>37</b>

## INTRODUÇÃO

A Educação do Campo nasceu dentro dos Movimentos Sociais do Campo a partir das ocupações de terra. Ela nasceu debaixo das barracas cobertas com lonas pretas, uma prática que se tornou uma tradição dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Já nas primeiras ocupações de terra em fins da década de 80, quando os trabalhadores se mobilizaram para ocupar o latifúndio, dentro dos acampamentos de resistência, debaixo das lonas, as lideranças dos movimentos justamente com os pais das crianças já se preocuparam em organizar uma sala de aula para ensinar seus filhos.

As Diretrizes Operacionais por uma educação básica do campo promulgadas em 2002 reconhecem que a população do campo tem um modo próprio de vida social. A escola do campo tem que estar vinculada com a realidade do campo, com os saberes dos estudantes, com a memória coletiva da comunidade e com as reivindicações dos movimentos sociais em defesa da qualidade de vida dos povos do campo (Artigo 2º). As diretrizes reconhecem que o campo deve ser considerado um espaço público de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho e com o desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável (Artigo 4º).

A Educação do Campo nasceu com o objetivo fundamental que é a troca de saberes, de valorização da cultura, dos costumes e das tradições, onde educandos e educadores se fundem em uma mesma linha de conhecimentos, e pensamentos, onde seus produtos são as lavouras de subsistências produzindo em regime de economia familiar, praticando a agroecologia plantando de forma ecologicamente correta, sem o uso de nenhum tipo agrotóxico que venha contaminar o meio ambiente. E ao mesmo resgatar técnicas de manejo utilizadas pelos nossos ancestrais; onde toda a produção é para o sustento da família.

Este trabalho tem como objetivo discutir as práticas da agricultura familiar no Assentamento Massangana III no município de Cruz do Espírito Santo - PB, atento ao uso e ocupação do solo (sustentabilidade).

Através da pesquisa de campo, de cunho exploratório, qualitativa, procurou-se uma aproximação com o sujeito no espaço no qual ele está inserido. Utilizamos textos baseados em Leonardo Boff, Fernandes, Molina e Pereira para referenciar nossa

pesquisa; os sujeitos da pesquisa são os trabalhadores assentados nesta comunidade. Buscou-se, através da história 1, compreender e refletir a cerca da emoção sentida e transmitida por eles nas suas práticas à agricultura familiar e a sustentabilidade.

O interesse pelo objeto de estudo é fruto da inserção e atuação nos movimentos sociais e sindicais do campo, nesse contexto consideramos a experiência de vida e engajamento junto aos trabalhadores das usinas de cana de açúcar da região do Baixo – Paraíba, lutando por um pedaço de terra com perspectiva de passar a ter melhores condições de vida no futuro.

A militância aqui descrita é fruto do movimento que nasceu, ainda na ditadura militar, dentro da igreja progressista Juventude Agrária Católica (JAC) a qual, criou estratégias de organização da militância baseadas no método de Paulo Freire, tal movimento passou a se denominar Movimento de Evangelização Rural (MER), com a expansão de suas atividades e muitas mudanças sofridas ao longo dos anos, hoje o mesmo é conhecido como Movimento das Comunidades Populares (MCP); mudou de nome, mas a metodologia e as estratégias de militâncias continuam com a linha política continua mesma.

No ano de 1985 cheguei juntamente com minha esposa na região metropolitana de João Pessoa, com a qual já militava dentro deste movimento social, no alto sertão, na cidade de Cajazeiras. Após o casamento decidimos nos transferir para região do litoral paraibano e aplicar os princípios básicos de um militante. Eu atuaria no meio dos canavieiros onde um companheiro já estava militando e juntos somaríamos para construção de uma nova história juntos aos trabalhadores. Já minha companheira atuaria dentro de uma fábrica como operária.

Trabalhar como boia fria foi uma das atividades mais sofridas, tinha que acordar cedo com chuva ou sol, sair para pegar o caminhão junto com mais de 70 trabalhadores e no mesmo espaço levávamos a comida, a água e as ferramentas. Depois de um dia de trabalho sobre sol ou chuva, dependendo do período, no final dia ou já durante a noite de volta para casa, não só para o descanso, mas para colocar em prática também a militância, teria que sair para fazer o trabalho político do movimento com visitas e reuniões nas casas dos trabalhadores com o objetivo de formar grupos e bases para discutir os problemas e juntos desenvolver proposta de luta no campo e dentro do sindicato, pois, o mesmo era comprometido com os usineiros.

Como resultados desta inserção, junto aos canavieiros conseguimos no ano de 1987, entrar com alguns companheiros na diretoria do sindicato dos trabalhadores rurais

do município. Parecia pouco, mas não era, pois, a diretoria do sindicato era atrelada a usina e as diretorias eram passadas de geração em geração, com isto os usineiros viviam tranquilos, pois não havia quem questionasse o seu poderio na região. Na eleição seguinte, já com uma base mais solidificada, decidimos fazer a nossa própria chapa. Foi uma luta difícil, mas conseguimos derrubar o poder daqueles que tinham o sindicato como meio de vida, fonte de emprego. As lutas e a organização do sindicato passaram a funcionar sob o comando dos trabalhadores.

Com os assalariados da cana, investimos em acabar, banir o trabalho clandestino, ou seja, trabalhadores que trabalhavam sem carteira assinada; o trabalho infantil; o transporte passou a ser em ônibus com as ferramentas separadas na mala do ônibus; fomos o primeiro município onde os trabalhadores passaram a receber o salário família; participamos de todas as mesas das negociações nas campanhas salariais, também fizemos muitas greves nas usinas tanto a nível estadual, regional e local pelo cumprimento dos acordos coletivos. Participamos de varias mobilizações de protestos como também de órgãos públicos: Ministério do Trabalho, Prefeitura Assembleia Legislativa, a nível privado escritório de usinas.

Com os trabalhadores e os pequenos produtores, apoiamos as lutas pela posse e permanência nas áreas onde os mesmos já viviam há dezenas de anos. Com a intensificação do movimento, muitas lutas e empoderamento político e social construído juntamente com os trabalhadores que se perpetuaram por várias gerações, obtivemos resultados satisfatórios, dos quais destacam-se as desapropriações das três propriedades ocupadas, a saber: Estiva do Geraldo, Fazenda Corvoada e Fazenda Nova Tatiana, nos municípios de Lucena, Cruz do Espirito Santo e Pedras de Fogo respectivamente.

Com os Trabalhadores Sem Terra, a Comissão da Pastoral da Terra (CPT) e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Santa Rita, Cruz do Espirito Santo e Sapé organizamos uma ocupação no município de Sapé com mil famílias. Apoiamos trabalhadores ligados ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e da CPT nos municípios de Cruz do Espirito Santo, Sapé, Pedras de Fogo, Conde Alhandra, Itabaiana, Mogeiro, Massaranduba, Areia e Alagoa Nova.

Hoje, depois de passar alguns anos na academia adquirindo mais teoria, novos conhecimentos, descobrimos que a teoria e prática estão caminhando em sentidos paralelos; por conta disto e outras coisas mais, a nossa família começa a sentir a necessidade de por em prática o que já era um projeto antigo que é de viver como

assentado da reforma agrária. Para esta realização começamos a participar do acampamento Arcanjo Belarmino no município de Pedras de Fogo-PB, com a expectativa de juntos com os demais de podermos contribuir não só pela conquista da terra, mas com a continuidade de organizar a construir a uma Comunidade Popular.

Este trabalho é dividido em três capítulos: No primeiro disserto sobre a Educação do Campo, fazendo um breve histórico do seu processo, destacando as diretrizes operacionais por uma educação básica do campo e os princípios que regem esta educação. No segundo capítulo organizei uma síntese no que se refere a agricultura familiar e a sustentabilidade para em seguida no terceiro capítulo apresentar dados da pesquisa realizada no Assentamento Massangana III sobre a agricultura familiar e a sustentabilidade relacionadas com a educação do campo. E por fim, apresento nas considerações finais os desafios e perspectivas a partir dos dados levantados.

## 1. EDUCAÇÃO DO CAMPO

### 1.1 Breve histórico da Educação do Campo

A ideologia dominante sempre considerou o camponês brasileiro como matuto analfabeto atrasado, que precisa ser redimido pela modernidade, para se integrar à totalidade do sistema social – o mercado. As expressões relacionadas a ele sempre foram carregadas de sentido pejorativo. Ainda hoje alunos do campo continuam sendo discriminados quando frequentam as escolas urbanas.

A Educação Escolar foi tratada com descaso pelos dirigentes brasileiros durante o tempo colonial. Alheia à vida da sociedade, excluía os escravos, as mulheres e os agregados. Nas primeiras constituições, a educação rural nem sequer foi mencionada nos textos constitucionais. Na verdade, a introdução da educação rural na ordem jurídica brasileira se deu nas primeiras décadas do Século XX, quando se percebeu a importância da educação para conter o movimento migratório e elevar a produtividade do campo. Entretanto, ela nunca conseguiu se distanciar do paradigma urbano. As escolas implantadas no campo só contribuíram para reforçar essa imagem. Escolas com pedagogias bancárias, importadas da cidade com um pacote pronto: currículo, calendário, cartilha e professor. Todos oriundos da cidade.

Foi a partir de 1940 que educação brasileira incorporou a matriz curricular urbanizada e industrializada, o que gerou uma mudança radical no modo pelo qual os vários países buscam sustentação econômica. Sob essa lógica implantou-se, de forma definitiva, um modelo de escola na área rural e urbana do nosso país, fundamentado numa concepção que, segundo Whitaker e Antuniassi (1992), tem três características fundamentais:

- É **urbanocêntrica**, unicamente voltada aos conteúdos formados e informados no processo de urbanização e industrialização; o ponto de partida e de chegada do conhecimento é a cidade, apresentada como superior e moderna. O mundo rural precisa ser abandonado por quem quer vencer na vida, uma vez que nele não há chance de se progredir;
- É **sociocêntrica**, voltada aos interesses de certas classes sociais, não considerando a diversidade dos sujeitos sociais existentes no campo e na cidade, a sua cultura, as suas diversas formas de organizar o trabalho e a vida;

- É **etnocêntrica**, privilegiadora dos conhecimentos relativos ao mundo ocidental industrializado, de uma forma de pensar e de um estilo de vida baseado na homogeneidade, onde os valores e a cultura camponesa são considerados como atrasado, conservadores, criando, assim, estereótipos com relação a população do campo e ao seu modo de viver e de pensar.

Somente em fins da década de 90, sob pressão dos Movimentos Sociais do Campo, a Educação do Campo surge no cenário brasileiro, ocupando espaços nos órgãos governamentais. Em julho de 1997, foi realizado o I Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária – ENERA - resultado de uma parceria entre o Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária da Universidade de Brasília - GT-RA/UnB, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST - representado pelo Setor de Educação, e o Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF.

Em 16 de abril de 1998, o Ministro Extraordinário de Política Fundiária assinou a Portaria nº. 10/98, que criou o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e aprovou o seu Manual de Operações, cujo objetivo geral era “fortalecer a educação nas áreas de Reforma Agrária, estimulando, propondo, criando, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais, utilizando metodologias voltadas para as especificidades do campo, tendo em vista contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável”.

Em julho de 1998, em Luziânia-GO, foi realizada a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, promovida pelo MST, pelo UNICEF, pela UNESCO, pela CNBB e pelo Unb. A Conferência teve papel relevante no processo de rearticulação da educação da população do campo com a sociedade e com o governo. Serviu de contraponto à indiferença do Estado, às propostas da tradicional educação rural, cujo papel sempre foi o de preparar o jovem para o êxodo rural.

A Conferência confirmou o caráter da Educação do Campo vinculado à trajetória da Educação Popular e às lutas sociais da classe trabalhadora do campo e estabeleceu estratégias de organização, programas de formação de educadores e educadoras e a criação de fóruns estaduais. **A II Conferência Nacional por uma Educação do Campo LUZIÂNIA-GO, realizada em agosto de 2004, reuniu 1.100 participantes representantes de Movimentos Sociais, Movimentos Sindicais, de Universidades, de ONG’S e de Centros Familiares de Formação por Alternância; de**

secretarias estaduais e municipais de educação e de outros órgãos de gestão pública, com atuação vinculada à educação e ao campo.

A denúncia contra o modelo de desenvolvimento baseado na exclusão e na miséria da maioria, é amplamente assumida na Conferência, um discurso que questionava a falta de escolas, de infra-estrutura e de uma política de valorização do magistério para todos os seguimentos; de financiamento diferenciado, os altos índices de analfabetismo, os currículos deslocados das necessidades reais. Reivindicou o acesso imediato à educação básica (Educação Infantil, Fundamental e Médio); o fim do fechamento arbitrário de escolas no campo; a construção de escolas no e do campo; a construção de alternativas pedagógicas que viabilizem escolas de educação fundamental e de ensino médio com qualidade, no próprio campo; e a educação de jovens e de adultos apropriada à realidade do campo.

Reivindicou, ainda, políticas curriculares e de escolha e distribuição do material didático-pedagógico, que levem em conta a identidade cultural dos povos do campo, a *ampliação do acesso e garantia de permanência da população do campo à Educação Superior, a valorização e formação específica de educadoras e educadores do campo*; uso social apropriado das escolas agrotécnicas e técnicas, atendendo às reais necessidades, o fortalecimento das equipes técnicas.

## **1.2 As Diretrizes Operacionais por uma educação básica do campo**

Uma conquista histórica, no âmbito das políticas públicas, foi a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo: Parecer nº. 36/2001 e Resolução 1/2002 do Conselho Nacional de Educação. Alguns pontos fundamentais voltados para nosso tema em discussão:

- O modo próprio de vida social da população do campo; a identidade da escola do campo definida pela sua vinculação com a realidade, com os saberes dos estudantes, com a memória coletiva da comunidade e com as reivindicações dos movimentos sociais em defesa da qualidade de vida dos povos do campo (Artigo 2º – Parágrafo único);
- A Educação do Campo como um espaço público de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho e com o



desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável (Artigo 4º);

- A diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia contemplada nas propostas pedagógicas (Art. 5º- parágrafo único);
- A flexibilização da organização do calendário escolar, salvaguardando, nos diversos espaços pedagógicos e tempos de aprendizagem, os princípios da política de igualdade e a estruturação do ano letivo, independentemente do ano civil;
- O desenvolvimento das atividades constantes das propostas pedagógicas das escolas em diferentes espaços pedagógicos, segundo as necessidades dos alunos (Art. 7º - Parágrafos 1º e 2º);
- O direcionamento das atividades curriculares e pedagógicas para um projeto de desenvolvimento sustentável e a execução do controle social da qualidade da educação escolar pela efetiva participação da comunidade do campo (Art. 8º);

### **1.3 Conceitos que fundamentam a Educação do Campo**

Em Pedagogia do Oprimido, Paulo Freire concebe educação como libertação, como “prática de liberdade”, que se dá numa relação dialógica: “Já agora ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 2003, p. 69), através de uma pedagogia que não é para oprimido, mas dele. Uma compreensão de pedagogia necessária para o nosso entendimento de Educação do Campo:

A prática da liberdade só encontrará adequada expressão numa pedagogia em que o oprimido tenha condições de, reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica [...] Em círculos de cultura onde, juntos, re-criam criticamente o seu mundo: o que antes os absorvia, agora podem ver ao revés; ao aperceber-se como testemunha de sua história [...] ao aprender a dizer a sua palavra, ao aprender a escrever a sua vida, como autor e como testemunha de sua história (FREIRE, 2003, p.12-3).

O ponto de partida da Educação do Campo são os sujeitos que vivem no campo. Para Miguel Arroyo, "é impossível pensar na Educação do Campo sem referi-la aos sujeitos concretos, históricos, à infância, à adolescência, à juventude, aos adultos que vivem e se constituem humanos". Pensar a Educação do Campo implica recuperar a centralidade dos educadores e dos educandos como sujeitos sociais e culturais" (KOLLING; NERY; MOLINA, 1999, p.11).

Outra concepção de educação a considerar, que amplia o conceito de educação do campo, está expressa no texto base da 1ª Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, que apontou como propósito "conceber uma educação básica do campo voltada aos interesses e ao desenvolvimento sociocultural e econômico dos povos que habitam e trabalham no campo (...), como ajuda efetiva no contexto específico de um novo projeto de desenvolvimento do campo" (KOLLING; NERY; MOLINA, 1999, p. 28-9).

Mônica Molina explicita o conceito proposto e defendido pela 1ª Conferência: "a Educação do Campo é indissociável da reflexão sobre a construção de um novo modelo de desenvolvimento e de um novo papel para o campo neste modelo. Elementos que fortaleçam a identidade e a autonomia das populações do campo [...] Educação do Campo tem uma tarefa central na perspectiva de contribuir com o desafio de repensar e redesenhar o desenvolvimento territorial brasileiro: Educação do Campo com desenvolvimento social [...]; com cultura; com saúde; com infra-estrutura de transporte, de lazer; como cuidado do meio ambiente"(KOLLING, CERIOLI, CALDART, 2002, p. 39).

Bernardo Mançano Fernandes (*apud* MOLINA, 2006, p. 28-35) introduz o conceito de território e a Educação do Campo inserida num contexto de disputas de território. O agronegócio vê o campo simplesmente como "espaço de produção de mercadorias". É necessário pensar o campo como território, ou seja, compreendê-lo como "espaço de vida, ou como um tipo de espaço geográfico onde se realizam todas as dimensões da existência humana".

## **2. AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTABILIDADE**

A agricultura familiar se refere a toda forma de cultivo da terra e produção rural cuja gestão e mão de obra sejam majoritariamente provenientes do núcleo familiar. Ao contrário da agricultura patronal, que dispõe da contratação de trabalhadores para atuação em grandes sistemas produtivos de médias e grandes propriedades, a agricultura familiar tem como característica a produção a partir de lotes menores de terra, com uma maior diversidade produtiva, onde a família é, ao mesmo tempo, proprietária, gestora e responsável por toda produção e comercialização.

Ao contrário da ideia simplista que associa a agricultura familiar à produção de subsistência, ela é responsável hoje por 70% de toda produção mundial de alimentos – segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU).

A importância da agricultura familiar no contexto da produção rural do país não é menor: ela responde pelo emprego de mais de 14 milhões de trabalhadores rurais, o que corresponde a 74% da mão de obra empregada no campo, e é a principal fonte de alimentos do país – segundo dados divulgados pelo Governo Federal.

A Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária (Embrapa) indicou em relatório que entre as principais culturas produzidas pelos núcleos de agricultura familiar do Brasil estão a de mandioca, feijão, milho, café, arroz, trigo, soja, leite e animais como suínos, aves e bovinos.

Além de favorecer a adoção de práticas produtivas mais sustentáveis graças à diversificação do cultivo, ao uso consciente do solo e à preservação do patrimônio genético das culturas, a agricultura familiar traz também vantagens para o país e para o produtor rural. O amplo consumo de alimentos oriundos da agricultura familiar no Brasil favorece a produção familiar na medida em que os mercados locais se tornam opções viáveis para o produtor rural.

Para o país as vantagens são ainda maiores. Além de sustentar políticas de combate à fome, a agricultura familiar contribui para o crescimento econômico e para a geração de emprego especialmente no campo, influenciando diretamente no combate ao êxodo rural e, com isso, para a qualidade de vida nos centros urbanos.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) apresentam dados que revelam que aproximadamente 85% do total de propriedades rurais do país pertencem a grupos familiares. São 13,8 milhões de pessoas que têm na atividade agrícola praticamente sua única alternativa de vida, em cerca de 4,1 milhões de estabelecimentos familiares, o que

corresponde a 77% da população ocupada na agricultura. Cerca de 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira vêm desse tipo de produção rural (Fernandes, 1999, p. 60).

A ênfase na agricultura familiar se justifica pela importância histórica, social e econômica que esta modalidade de organização social e produtiva apresenta no campo brasileiro. A agricultura familiar é uma forma de organização do trabalho que tem o controle sobre as decisões que se referem à cultura e criação a serem exploradas. O trabalho é restrito ao grupo familiar e a produção destina-se ao sustento da própria família, o que leva ao entendimento da autoprodução, o que não exclui produzir para o mercado. A terra onde trabalha, para o agricultor familiar, significa uma extensão de si mesmo na produção da existência.

Ao mesmo tempo, é uma atividade econômica fundamental para o desenvolvimento socioeconômico do campo e do país, especialmente a agricultura cooperativada, tem uma contribuição decisiva a dar na geração de empregos, no barateamento da comida, na liberação de renda para outros setores da economia e na melhoria das condições de vida (texto-base por uma Educação do Campo).

Entretanto, os defensores da agricultura capitalista, da hegemonia do modelo de vida urbano, defendem a extinção do campesinato ou sua integração à agroindústria patronal e a sua subordinação às exigências do mercado dominado pela agricultura capitalista, atualmente mais conhecida como Agronegócio, que segundo Fernandes e Molina (2004, p70-71)

É o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. Esse modelo não é novo, sua origem está no sistema plantation, em que grandes propriedades são utilizadas na produção para exportação. Desde os princípios do capitalismo em suas diferentes fases, esse modelo passa por modificações e adaptações, intensificando a exploração da terra e do homem.

O aumento da produtividade dilatou a sua contradição central: a desigualdade. A utilização de novas tecnologias tem possibilitado, cada vez mais, uma produção maior em áreas menores. Esse processo significou concentração de poder e – consequentemente – de riqueza e de território. A expansão de territorialidade da agricultura capitalista amplia o controle sobre as relações sociais e o próprio território, agudizando as injustiças sociais.

Dá a importância dos movimentos sociais e da luta pela implementação da reforma agrária. De acordo com os estatutos do INCRA (2008)

A reforma agrária visa promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, do desenvolvimento rural sustentável e ao aumento da produção. A reforma agrária deve proporcionar: a desconcentração e democratização da estrutura fundiária, a produção de alimentos básicos, a geração de ocupação e renda, combate à fome e à miséria, a diversificação do comércio e dos serviços no meio rural, a interiorização dos serviços públicos básicos, a redução da migração campo-cidade, a democratização das estruturas de poder, a promoção da cidadania e da justiça social.

A distribuição de terras se faz necessário para aquele trabalhador que já esteja no campo, vivendo de forma arcaica produzindo pouco e além ser obrigado a dividir a produção com o latifundiário, ou para aqueles que vivem nas periferias das cidades de forma desumana, sem nenhuma condição de dignidade de moradia, emprego e infraestrutura. Para que esses sujeitos possam voltar às origens ancestrais de ter um pedaço de terra e que possa produzir alimentos para seu sustento, se faz necessário também que recebam condições de infraestrutura e de assistência para esses sujeitos que lá estão, possam continuar e os recém-chegados possam se firmar como camponeses.

A agricultura familiar além de ter o apoio de políticas públicas, precisa estar ancorada no conceito de sustentabilidade. O conceito de sustentabilidade tem sua origem relacionada ao termo “desenvolvimento sustentável” que foi reconhecido internacionalmente em 1972, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, na Suécia. “O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades”, é a sua definição mais comum e que fundamentou outros encontros, como a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), realizada em 1992 no Rio de Janeiro. A ECO-92 representou a primeira tentativa internacional de elaborar planos de ação e estratégias para assegurar o planeta (RELATÓRIO ECO 92).

O conceito de sustentabilidade, assim como do desenvolvimento sustentável, é amparado por três pilares: econômico, social e ambiental. Seu objetivo é manter a harmonia entre os componentes para garantir a integridade do planeta, da natureza e da sociedade no decorrer das gerações. Sendo assim, pensar a sustentabilidade como um conceito único e voltado para a gestão dos recursos naturais finitos é equivocado. Ela vai muito além.

Para Leonardo Boff o conceito tem a ver com a necessidade de dar sustentabilidade a todos os seres do planeta:

Sustentabilidade é toda ação destinada a manter as condições energéticas, informacionais, físico-químicas que sustentam todos os seres, especialmente a Terra viva, a comunidade de vida e a vida humana, visando a sua continuidade e ainda a atender as necessidades da geração presente e das futuras de tal forma que o capital natural seja mantido e enriquecido em sua capacidade de regeneração, reprodução, e coevolução. Sustentar todas as condições necessárias para o surgimento dos seres: estes só existem a partir da conjugação das energias, dos elementos físico-químicos e informacionais que, combinados entre, si dão origem a tudo (BOFF 2013, P. 11).

Neste sentido enfocado por Boff, faz-se necessário a formação de uma consciência que seja ecológica e planetária e deve ser incorporada pela Educação do Campo que passa sem sombras de dúvida pela educação escolar presente nas comunidades camponesas. Se as atividades curriculares e pedagógicas devem ser direcionadas para um projeto de desenvolvimento sustentável, conforme o Artigo 9º das diretrizes, uma escola do campo deve proporcionar um ambiente político-pedagógico voltado para o desenvolvimento. Vejamos o depoimento de uma liderança de assentamentos comprometido com o conceito de sustentabilidade e uma professora formada pelo PRONERA (PEREIRA 2009, p. 180):

O processo tem que ser revolucionário. E o método tem que ser ação e prática. A escola pode ter uma horta. A professora tem que estar dentro. Os pais têm que estar lá discutindo aquele momento, falando do processo que eles vivem. Planta um pé de manga, um pé de caju, cria umas três galinhas, cria um porco de forma diferenciada que não venha dar mau cheiro, produção de biofertilizante, beiju, açúcar. Ter uma área ampla para a sua produção. Eu posso levar minha cabra pra lá uma semana. Outro pode levar uma vaca pra criança ver tirando leite, tirar pra ele beber lá (Agricultor assentado).

Preparar para trabalhar numa indústria, despolpadeira de frutas, casa de farinha, fazer o bolo, qualquer coisa que a criança pudesse estar entendendo do processo e valorizar aquele trabalho. Um processo que pode ser o futuro deles, amanhã ou depois [...] Agora, se eles não tiverem nenhuma formação que tenha falado desse processo, eles nunca vão querer admitir que o futuro deles vá ser uma despolpadeira de frutas, uma indústria, uma cooperativa; nunca vão querer valorizar o campo. Porque, na escola de hoje, eles estudam com a expectativa de arrumar um emprego na cidade. O professor já bota o aluno na sala de aula e diz: você estude pra ser alguém na vida, pra ser um doutor, um engenheiro. Não é? (Professora e mãe B).

### 3. EDUCAÇÃO DO CAMPO, AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTABILIDADE NO ASSENTAMENTO MASSANGANAI III

A pesquisa realizada na Fazenda Massangana III, no município de Cruz do Espírito/PB busca conhecer fatos relacionados à história e vida dos trabalhadores que vivenciaram momentos fortes das lutas dos camponeses em nossa região, que serão relatados no decorrer deste capítulo como também conhecer o sistema de produção utilizado pelos agricultores familiares e qual a influência da educação escolar na vida desta população.

Para a pesquisa realizamos três reuniões onde estiveram presentes os seguintes trabalhadores: Severino Barbosa da Silva 76 anos, mais conhecido por (Biu Viola); José do Nascimento, 70 anos; José Tavares dos Santos, 61 anos; Gilson Barbosa da Silva, 43 anos; Severina Barbosa, Severino (Biu Barbudo).



Foto 01 com os sujeitos da pesquisa (Fonte Ronaldo Santos)



Fotos 02 e 03 - entrevista coletiva com os sujeitos da pesquisa (Fonte Ronaldo Santos)

### 3.1 História da ocupação da fazenda Massangana

Antes mesmo da Fazenda Massangana se tornar Assentamento da Reforma Agrária, vivia ali um grupo de trabalhadores como posseiros. Naquela época eram sujeitos ao pagamento de foro para os latifundiários. O assentado José Tavares afirma que ainda hoje guarda recibos como comprovante de pagamento de foro. Afirma também que mesmo pequeno presenciou ações dos camponeses nas Ligas na década de 60, de capangas e até fazendeiros se adentarem nas matas para se esconderem com medo da multidão de camponeses que passavam visitando as fazendas.

A fazenda Massangana III fica localizada no município de Cruz do Espírito Santo - PB, aproximadamente 1 km da margem esquerda da BR 230, com 813 Hectares e 131 famílias. Segundo um dos entrevistados o senhor José Tavares, trabalhador nascido e criado nesta fazenda hoje com 70 anos, a propriedade antes pertencia a uma senhora chamada “Maria Augusta”. Nesta época existiam 11 famílias que produziam lavouras de subsistência e pagavam o cambão e foro. No Nordeste, a palavra “*cambão*” expressa o dia de trabalho que o foreiro dá ao patrão sem receber nada em troca. E foro é uma espécie de aluguel que o posseiro pagava por morar nas terras do patrão. Logo depois a terra passou para outro proprietário chamado “Abílio Dantas”. Após a sua morte, a viúva vendeu as Massanganas I, II e III para a Usina Santana que fica localizada no município de Santa Rita/PB, propriedade do grupo dos Ribeiros Coutinho também conhecidos como o “Grupo da Várzea” porque eram os donos das terras, dos engenhos e posterior das usinas localizadas no território da várzea paraibana.

Durante décadas a fazenda foi palco da exploração de trabalhadores assalariados no plantio e cultivo da cana de açúcar. Esses trabalhadores tinham os seus direitos negados e em caso de reclamação eram ameaçados, espancados e até assassinados pela milícia privada. Após algumas crises no setor no final dos anos 80 e início dos anos 90, o então Grupo da Várzea deixa de investir na fazenda com o solo já desgastado por conta da produção da monocultura da cana de açúcar, e a terra torna-se passiva a desapropriação.

Neste contexto, surgem os movimentos sociais do campo, o MST (Movimento dos Trabalhadores sem Terra), assim como a CPT (Comissão da Pastoral da Terra), que já vinham mobilizando trabalhadores em outras regiões do país. Na Paraíba o foco maior se dava no litoral sul.



Com o país em crise, muitas empresas no campo e na cidade fecharam as portas na região deixando milhares de trabalhadores desempregados. Estes trabalhadores que em sua grande maioria são das comunidades urbanas e rurais; desempregados da construção civil, assalariados da cana, biscateiros e muitas mulheres trabalhadoras também de origem do interior do estado e da região, que também se encontrava sem perspectiva de vida e sobrevivência nas periferias das grandes cidades, começam a tomar consciência da necessidade de ocupar a terra como possibilidade de vida.

Diante disso, estes movimentos começam a organizar os trabalhadores para ocupar fazendas de usinas e propriedades do litoral norte e da várzea, propícias para desapropriação. As lutas empreendidas pelos movimentos sociais têm como finalidade fazer com que a terra cumpra a sua função social que compreende a manutenção de “níveis satisfatórios de produtividade e favorece o bem estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias” (Estatuto da Terra, art. 2º, §1º).

Assim, trabalhadores de vários municípios da região foram organizados e partiram para a Fazenda chamada de Açude das Graças no município de Sapé. Segundo o trabalhador Severino Barbosa da Silva, conhecido por Biu Viola, 76 anos, a ocupação com 470 famílias durou dois meses. Em seguida foram despejados e levados até Santa Rita, chegando lá se deslocaram para o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Santa Rita. Depois de receber apoio do sindicato, ocuparam a sede do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) como forma de pressão onde permaneceram por 15 dias acampados. Em seguida, se deslocaram para as margens da BR 230 na fazenda Massangana III, no município de Cruz do Espírito Santo\PB onde permaneceram aguardando as negociações das instituições envolvidas.

Os trabalhadores ficaram acampados durante um ano nas margens da BR 230. Além das famílias que já se encontravam acampadas, outros grupos despejados de outros municípios vieram se juntar àqueles que ali se encontravam, passando a viver em péssimas condições, sendo obrigados a recorrer a pedágios e ajuda nas cidades circunvizinhas. Para o senhor Severino Barbosa da Silva (Biu Viola) trabalhador acampado:

Foi um período muito difícil, vi muitos trabalhadores desistindo da luta e voltando para casa por conta da situação em que se encontrava debaixo das barracas cobertas com lona, passando necessidade juntos com os filhos ainda crianças, algumas doentes e pedindo comida (DEPOIMENTO DE SEVERINO BARBOSA).

No ano de 1996 a então fazenda Massagana III entra na lista das terras desapropriadas pelo INCRA, sendo que das famílias cadastradas uma parte ficaria e a outra seria remanejada para outra área chamada Fazenda Imbé no município de Pedras de Fogo.

### **3.2 A produção e a organização do Assentamento Massangana III**

Sendo assim, as lutas após a conquista da terra não deveriam terminar, porque a partir da conquista da terra surge a necessidade de reivindicar dos poderes públicos, novas ações de práticas sociais e de produtividade, voltadas para a nova realidade onde estão inseridos os novos sujeitos com seus familiares gerando trabalho e renda, como estabelece o conceito de reforma agrária:

A reforma agrária visa estabelecer um sistema de relações entre homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio (ESTATUTO DA TERRA, art. 16).

Após o processo de assentamento, um dos desafios é a construção das casas em agrovila ou nos próprios lotes. O órgão responsável é o INCRA. Aconteceu que os técnicos desta instituição começaram contrariando a vontade da maioria dos assentados que queriam construir suas casas dentro dos próprios lotes. Defendiam que o modelo de agrovila era o viável, pois, facilitaria para a construção das moradias, da escola e da infraestrutura como água, energia elétrica, calçamento e escoamento da produção e concluíam afirmando que se fosse para construir no modelo de agrovila, os recursos, no valor de R\$2.000,00 (dois mil reais), já estavam disponíveis; caso contrário, o processo iria demorar muito tempo. Diante disto os trabalhadores que já estavam debaixo da lona há mais de um ano, foram basicamente obrigados a aceitar as condições impostas pelos técnicos. Essas informações foram obtidas de Severino Barbosa, conhecido por Biu Viola.

No assentamento são produzidos diversos tipos de culturas de maneira individual, ou seja, cada um em seus lotes. A prática de produzir coletivamente tornou-

se uma experiência que não foi bem-sucedido e por falta de organização, tal prática foi abandonada.

Entre as lavouras destacamos: feijão, macaxeira, inhame, batata doce, abacaxi, entre outras, cajueiro, coqueiro, jaqueira etc. Por ser um solo arenoso, requer uma quantidade de água não muita de uma só vez, mas com consistência, pois, existe uma e vaporização muito rápida deixando o solo seco em pouco tempo.

Os projetos que eram implantados no assentamento davam prejuízo, porque, além dos recursos serem poucos, chegavam tarde devido à burocracia utilizada para a prestação de contas. Como resultado os assentados obtêm pouca produção de lavouras devido o tempo tardio para plantio e a falta d'água. Por conta disto, só restava contar com os prejuízos na colheita terminando com débito no banco além da burocracia para prestar contas com notas fiscais.

A comercialização da produção acontece também de forma individual. Os agricultores levam os produtos para as feiras livres das cidades entregando aos atravessadores que já os esperam na entrada das cidades para comprar por um preço bem abaixo do valor. Outro meio de comercializar a produção é a presença do atravessador na própria comunidade comprando os produtos a menos de 50% (por cento) do valor e cultura como no caso do abacaxi. O atravessador costuma pagar uma parte em dinheiro e a outra fica por conta da boa vontade, chegando muitas vezes a dar calote nos assentados.

O instrumento de organização adotado no assentamento é a associação de moradores que não tem conseguido encontrar alternativa para mobilizar os assentados, deixando de realizar reuniões e assembleias pela ausência dos associados na sede. Em algumas ocasiões quando o INCRA ou representantes da prefeitura comunicam a presença em uma determinada reunião os trabalhadores vêm em massa com interesse puramente econômico e individual.

No cotidiano do Assentamento Massangana III, procurar saber de que forma os trabalhadores assentados conseguem sobreviver de forma sustentável no campo nas seguintes dimensões: ambientalmente produtivo, culturalmente dinâmico, socialmente justo, potencialmente viável e sustentável.

De acordo como o depoimento de Severino Barbosa, conhecido popularmente por Biu Barbudo, os trabalhadores desde que foram assentados utilizam agrotóxico para todas as culturas produzidas na comunidade. Segundo Biu “se não usar o veneno não

colhe nada, por conta da falta d'água e a terra fraca". E quando um companheiro utiliza há 100 metros de distancia, ele já sente o efeito do veneno.

No assentamento tem um açude que fica na área comunitária. Na década passada veio um projeto para produzir coletivamente; foi fundada uma Cooperativa Agrícola utilizando a água do açude com acompanhamento dos técnicos para uma grande produção de maracujá, feijão, inhame, milho. A cooperativa chegou a mandar a produção até para o estado vizinho do Pernambuco. E com os recursos adquiridos com a produção foi feita uma compra de trator e um caminhão F4000, para o escoamento da produção. Por falta de gestão participativa, recursos e planejamento, a cooperativa fechou e foi criada a associação. Sem condição, sem recursos financeiros e máquinas, a direção da associação não consegue coordenar a área comunitária de forma que pudesse servir aos interesses comuns da comunidade.

O açude foi construído com o objetivo de beneficiar os trabalhadores assentados sendo que a represa fica entre a terra desapropriada e uma área de produção do agronegócio no plantio de grama. A empresa do agronegócio construiu uma casa de força com motor e usufrui da água irrigando a propriedade. Por outro lado, os trabalhadores assentados por falta de incentivo e assistência técnica deixam escapar de rio a abaixo toda riqueza do recurso natural que muitos gostariam de ter em suas comunidades.

O modelo de desenvolvimento econômico no campo surge para substituir o poder do latifúndio e ao mesmo tempo dar continuidade ao domínio da estrutura agrária no país e de transformar os camponeses em sujeitos incapazes de sustentar e garantir a economia

Os trabalhadores cadastrados como assentados em sua grande maioria já estão aposentados ou perto de chegar a isto, outros mais novos se deslocam para cidades para trabalhar nos cortes de cana época da safra e outros vão para construção civil, retornando no final de semana.

Na atual fase do capitalismo, a juventude está sendo a principal vítima desse sistema no geral é a maioria dos desempregados. No campo a terra torna-se pouca os jovens vão se casando logo cedo, passa a dividir os espaços em uma mesma posse do titular com isto se vêm obrigados a migrarem para as cidades em busca de emprego.

Por falta de opção e ociosidade acabam sendo vítimas também da prostituição incentivada pela propaganda e pela “arte” pornográfica da burguesia, com isto vão se tornando presa fácil das drogas e do vício da internet. Mesmo assim a juventude sempre foi protagonista das mudanças sociais e políticas do país, pena que por falta de uma organização na base mais sólida, os protestos têm sido esvaziados e suas lideranças cooptadas pelos projetos reformistas que não lutam contra o sistema capitalista que está destruindo a juventude. Pelo contrário, incentivam o individualismo por meio da descoberta de “talentos”, com a ilusão de terem profissão que ajude a sair das classes populares e passar para a classe média, embora a justificativa seja sempre para servir ao povo pobre e desprovido.

Para boa parte da juventude da comunidade a realidade não é diferente alguns ainda estudam outros já passaram também trabalhar para indústria nas fábricas ou para o agronegócio, no geral existe um grande desinteresse dos jovens em darem continuidade ao trabalho em regime da agricultura familiar e tão pouco em levar a frente a valorização dos costumes e as tradições dos mais experientes.

Para Wanderley (1996), a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno em nossa sociedade, constituindo-se num setor historicamente sitiado, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades como social específica de produção. A juventude rural surge como uma faixa demográfica, afetada de maneira mais dramática, pela dinâmica de diluição das fronteiras entre os espaços rurais e urbanos, combinada com o agravamento da situação, pela falta de perspectivas do que vivem da agricultura familiar.

Com isso, para um país que historicamente tem uma população com raízes camponesas, com toda produção de policulturas em regime familiar, para atender as suas necessidades, com também para o consumo do mercado interno e com tantas dificuldades por falta de apoio e incentivo dos governos e de políticas públicas que viesse viabilizar melhores condições de infraestrutura para os camponeses que ali já estão assentados, como também com perspectiva de aqueles saírem para a periferia das cidades possam regressar para terra, a reforma agrária ainda é a única alternativa para viver com mais dignidade.

### 3.3 O lugar da escola na vida do assentamento

As novas perspectivas de um modelo de Educação do Campo surgem em 1997 no Encontro Nacional de educadores e educadoras da Reforma Agrária, promovido pelo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em parceria com outras organizações e a igreja. Outras entidades como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), da União Nacional das Famílias Agrícolas no Brasil (Unefab) e da Associação Regional das Casas Familiares Rurais (Arcafar), tiveram participação neste processo em crescimento de educação em todos os níveis.

A Educação do Campo nasce com o objetivo fundamental que é a troca de informações, de saberes, de valorização da cultura, dos costumes e das tradições, onde educandos e educadores se fundem em uma mesma linha de conhecimentos, e pensamentos, onde seus produtos são as lavouras de subsistências produzindo em regime familiar, praticando a agroecologia plantando de forma ecologicamente correta, sem o uso de nenhum tipo agrotóxico que venha contaminar o meio ambiente. E ao mesmo resgatar técnicas de manejo utilizadas pelos nossos ancestrais; onde toda a produção é para o sustento da família e o que excede vai abastecer o mercado interno como.

Vejamos a colocação de Miguel Arroyo em relação a essa questão:

É impossível pensar na Educação do Campo sem referi-la aos sujeitos concretos, históricos, à infância, à adolescência, à juventude, aos adultos que vivem e se constituem humanos. Pensar a Educação do Campo implica recuperar a centralidade dos educadores e dos educandos como sujeitos sociais e culturais. (KOLLING; NERY; MOLINA, 1999, p.11).

A aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Parecer nº 36/2001 e Resolução nº1/2002 do Conselho Nacional de Educação) dentro do ponto de vista teórico o projeto de educação do campo busca cada vez mais avançar, abrindo espaços nas esferas administrativas e políticas, fazendo que sejam aprovadas mudanças, que sejam coerentes com a realidade do campo onde o camponês seja visto como um ser capaz de ver o mundo de forma crítica e suas práticas diferenciadas de cultivo e manejo possam ser cultivadas e repassadas para as novas gerações.



Fotos 04 e 05 – Escola Municipal José Silvino (Fonte: Ronaldo Santos)

Assim como em quase todas as áreas de assentamentos a escola do assentamento Massagana III funcionou de forma improvisada em galpão, onde eram guardados e armazenados os produtos e maquinas da usina, isto, ocorreu durante o ano de 1995, nos anos seguintes já assentados a prefeitura, faz uma reforma e transforma em uma escola com 03 salas funcionando nos três turnos (manhã, tarde e noite) ocupa as 03 salas na parte da manhã e tarde o pré e o ensino infantil até o 5º ano e uma turma multisseriada com alunos da 3ª e 4ª serie no total são 80 crianças e noite o EJA com 54 alunos, estes dados são deste ano de 2017, fornecidos pela escola e que durante os 21 anos seguintes, nenhuma reforma ou ampliação foi feito na escola da comunidade, apenas fornece transporte para conduzir os alunos para outras escolas da região e do próprio município.

Segundo a Resolução nº 4 de julho de 2010, das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica:

Art. 14. A base nacional comum na Educação Básica constitui-se de conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente, expressos nas políticas públicas e gerados nas instituições produtoras do conhecimento científico e tecnológico; no mundo do trabalho; no desenvolvimento das linguagens; nas atividades desportivas e corporais; na produção artística; nas formas diversas de exercício da cidadania; e nos movimentos sociais.

Para os camponeses jovens e adultos que passam o dia inteiro de sol á sol na labuta que estímulo tem de se dirigir a sala de aula para ouvir assuntos que estão fora do dia a dia, do seu cotidiano? Esta também é uma das razões pelas quais se da à evasão dos educandos nas salas de aulas, os educadores por sua vez precisam da frequência para garantir o seu vencimento no final mês. Os aprendizados maiores dos ditos ainda são transmitidos pelos camponeses mais experientes que narram fatos, histórias e costumes

que ainda se repetem para os mais novos, mesmo assim, estes já estão ficando esquecidos no meio dos trabalhadores.

Para Brandão (1987)

Educação que a gente aprende mesmo, pros usos da roça, é na roça. É ali mesmo: um filho com o pai, uma filha com a mãe, com uma avó. Os meninos vendo os mais velhos trabalhando.... Olha, aprende. Vai assim, no ato, no seguir do acontecido... Se ele não sabia e ficou sabendo é porque no acontecido tinha uma lição escondida... Você vai juntando, juntando e no fim dá o saber do roceiro, que é tudo o que a gente precisa pra viver a vida conforme Deus é servido. Um tipo dum ensino esparramado, coisa de sertão. Na hora que um mais velho chama um menino, um filho. Chama num canto, fala, dá um conselho, fala sério um assunto: assim, assim. Ele é um pai, um padrinho, um mais velho. Na hora ele representa como um professor, até como um padre. Tem um saber que é falado ali naquela hora.... Não tem um estudo, mas tem um saber. O menino baixa a cabeça, daí ele escuta, aprendeu. Às vezes não esquece mais. A gente nunca deixa de educar um filho conforme os costumes (BRANDÃO, 1987 apud PEREIRA 2008, p. 9).

A pedagogia de Paulo Freire evidencia bem com o seu método de aprendizagem que o educando não só aprende a ler uma placa de ônibus, uma lista da feira, assinar documentos etc, mais principalmente de se tornar um ser politizado, capaz de poder identificar o sistema que vive; quem são os explorados e os exploradores em uma sociedade; os responsáveis pela destruição da natureza e porque fazem isto, e por fim ter a capacidade de apontar alternativas para superar ou acabar com as causas que afligem os anseios de uma sociedade.

O educador não parte de zero, mas das fontes culturais e históricas, de algo bem seu, da alma mesmo do seu povo [...] Partíamos de uma posição radical: a de recusa de qualquer tipo de solução ‘empacotada’ ou pré-fabricada, a qualquer tipo de invasão cultural, clara ou manhosamente escondida (FREIRE, 1978, p. 16).

A educação de jovens e adultos (EJA) historicamente implantada desde Brasil Império, a partir do momento o país começa a se desenvolver na área industrial como precisava de mão de obra mais qualificada, como as escolas até então criadas só atenderia as elites restava para a grande maioria continuar na escuridão. Esta realidade se perpetua por centenas de anos, só a partir da constituição de 1934 o ensino primário passa ser obrigatório, inclusive a alfabetização de jovens. Nas décadas que segue começam a surgir programas que atendessem os adultos como: Fundo Nacional de Ensino Primário; Serviço de Educação de Adultos entre outros.



#### **4- CONSIDERAÇÕES FINAIS: ENTRAVES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS.**

Diante de tantos problemas e dificuldades, o que esperamos para o futuro a partir dos pioneiros da luta e das novas gerações de assentados que ali estão se formando?

Para os trabalhadores do Assentamento a falta de incentivo e apoio por conta das políticas públicas dos governos tem sido um dos grandes entraves para a comunidade como também a falta de acompanhamento técnico ausente da comunidade há mais de dois anos. Apesar da abundância de água presente na área com capacidade de irrigar a grande maioria das parcelas, não existe uma organização capaz de utilizar esses recursos.

Por outro lado, constatamos a falta de união e organização dos trabalhadores o que tem contribuído para que influência externa tenha alterado e mudado a rotina das famílias do assentamento. A presença constante do atravessador para compra da produção tem diminuído o lucro dos trabalhadores. A área comunitária reservada para o uso coletivo, que está sob o domínio da associação, está sendo ocupada por parentes de assentados que começam a fazer suas construções. Acrescenta-se a todas essas dificuldades, o endividamento de muitos assentados aos bancos e a influência de políticos.

As questões abordadas neste trabalho são frutos de uma realidade vivenciada por um grupo de 131 famílias que em nos meados dos anos 90, buscaram realizar um sonho de libertação em que durante anos foram oprimidos e massacrados vivendo nas periferias das cidades, trabalhando como boia-fria, camelôs, biscateiros ou mesmo desempregados. Passados anos da vitória, problemas de ordem econômica continuam como saúde, educação, lazer, transporte, escoamento da produção. O movimento sindical e popular não continuou avançando na organização política dos trabalhadores criando um poder popular que lute contra o verdadeiro inimigo da classe trabalhadora que é o capitalismo. Hoje se apresenta no campo como o agronegócio que vem se expandindo em todas as regiões do país com apoio dos governos que estão ao seu serviço.

Apesar de todas essas dificuldades, a maioria dos assentados deseja continuar resistindo na terra, como vemos no depoimento de Biu Barbudo,

Nasci no município de Pilar, anos depois fui para Santa Rita e depois João Pessoa, depois de volta para Santa Rita. Certo dia, encontrei o caminho da luta. Fui para o acampamento no município de Sapé de lá fomos despejados e

viemos para a fazenda Massangana III, ganhamos a terra e hoje 21 anos depois só saio daqui direto para o cemitério (SEVERINO BIU BARBUDO).

Após os pontos abordados dentro do contexto deste trabalho, podemos concluir que:

1 - É histórico que os trabalhadores vêm sendo explorados e massacrados desde o período colonial quando nosso país, que era habitado por milhões de indígenas, foi invadido por países europeus, com os portugueses à frente. Apropriaram-se da terra e das riquezas naturais. Para isso, massacraram os povos indígenas trouxeram milhões de negros da África como escravos para extrair minério da terra e produzir cana de açúcar para a exportação.

O processo de formação do povo brasileiro se deu baseado nessas quatro categorias: indígenas, negros que foram escravizados; os camponeses e os operários urbanos explorados com seus direitos trabalhistas negados. Nos últimos 20 anos os governos que passaram pelo poder por um lado deixaram os trabalhadores animados com a criação de projetos como: Bolsa Família; Minha Casa Minha Vida entre tantas outras.

Por outro lado mergulhou o país em uma crise, com um débito hoje, que chega quase a metade do que o governo arrecada é para pagar a Dívida Pública. Com isso, falta dinheiro para investir nos Programas Sociais: Saúde, Educação, Previdência, Reforma Agrária, Agroecologia, Água Para Todos, Demarcação dos Territórios Indígenas e Quilombolas, Trabalho e Geração de Renda, Segurança Pública, Transporte Público, Moradia, Saneamento Básico.

2 - A educação do campo tem avançado ao longo da história do Brasil, desde a ocupação portuguesa até os dias de hoje, sem dúvida ela é o sinônimo de humanização. Centraliza-se na busca pela pedagogia que parte da realidade, do gesto, do corpo, da representação; que acredita que essa realidade contribuiu diretamente na formação social do sujeito, e que nesse contexto a escola tem um papel fundamental. Sobre tudo é necessário transformar as escolas rurais enraizadas por uma educação voltada para o trabalho escravo, capitalista em escolas do campo que ofertem uma educação voltada para realidade do campo em meio as suas próprias particularidades.

Observamos que existe toda uma discussão em torno dessa temática de Educação do Campo, mas isso está muito longe de se tornar uma realidade dentro das escolas do campo. Até por que esse entendimento de uma educação diferenciada para os

povos do campo partiu da mobilização social de um seguimento menos privilegiado da sociedade, ou seja, dos movimentos sociais que entendem a educação ofertada é insuficiente para atender as necessidades e anseios dos camponeses. Porém, a escola tem que priorizar e trabalhar a formação humana do indivíduo baseando num processo contínuo na busca de ser um sujeito com capacidade de transformar o meio no qual ele está inserido.

3 – A Sustentabilidade para os trabalhadores do campo no Assentamento de Massagana III, no município de Cruz do Espírito Santo/PB, assim como em outras áreas de trabalhadores assentados falta muito que se fazer para se obter resultados mais satisfatórios dentro realidade vivida dos trabalhadores. Passados os vinte e um anos, período este que ocorreu o processo de desapropriação, os assentados hoje a maioria já estão aposentada trabalhando pouco por conta das limitações físicas, além dos fatores naturais e climáticos como a falta de falta d'água e as pragas que surgem. O uso permanente de agrotóxicos tem afetado o solo, o meio ambiente e a saúde dos trabalhadores, onde muitos têm problemas relacionados ao uso destes produtos ou por consumir alimentos líquidos e sólidos contaminados.

Em fim as expectativas nesse momento conjuntural não são das melhores o nível político e ideológico da classe trabalhadora como um todo se encontra em buraco onde o gás da luz começa a diminuir cada vez mais. Por um lado os movimentos sociais e sindicais estão em estado de dormência, perderam o poderio de forças para pautar propostas que acorde a classe trabalhadora para lutar e reivindicar por melhores condições de salário, terra, saúde, transporte, educação e tantas bandeiras que mobilizaram os trabalhadores em décadas passadas.

Por outro lado os estudos e os discursos acadêmicos estão bastante além da realidade encontrada nos assentamentos do campo, com raras exceções. Os camponeses se encontram em um verdadeiro descaso e abandono, desprovidos de assistência dos mais diversos seguimentos como: a saúde, educação, políticas públicas voltadas à realidade, técnica, entre tantas outras mais.

A falta de assistência dos movimentos sociais e sindicais é a que tem causado o maior entrave para o crescimento político e ideológico dos trabalhadores do campo. O poder de força de uma classe está no nível de mobilização e organização em que ela se encontra em um determinado momento vivenciado da conjuntura. As experiências acompanhadas de trabalhadores de áreas assentadas são preocupantes no sentido de presenciar ações individualistas por parte de muitos trabalhadores, em não ter mais

interesse em continuar participando das ações comunitárias como participar de assembleias, mutirões, participarem de feiras, produzir de maneira agroecológica.

Ainda como reflexo a falta de investimento no projeto de construir as escolas com as perspectivas de uma educação que realmente estivesse voltada a realidade do trabalhador do campo, por conta também encontramos uma população no campo com a idade mais avançada, chegando ao limite de aparecer reflexos do limite do cansaço e o acúmulo de experiência. O que está ficando é uma juventude, sendo dominada por ideologia burguesa apresentando todos os vícios que o capitalismo oferece para corromper a ideologia camponesa.

Os que conseguem sair passam a servir de alguma ao capital, trabalhando para grandes empresas e para o agronegócio, desta forma vai ter retorno para as comunidades de onde saíram. Outra parte da juventude que se encontra nos assentamentos está envolvida com drogas, prostituição e roubos que também com estas praticas conseguem atrair outros usuários tanto das cidades vizinhas, como das agrovilas de outras comunidades vizinhas.

Com estas considerações, gostaríamos de instigar mais a avaliação e a análise dos conceitos abordados neste trabalho como também em outros, sobre as práticas vivenciadas pelos trabalhadores assentados nas comunidades da reforma agrária e que estas questões possam se tornar em mais um objeto de pesquisa para academia e para os militantes dos movimentos sociais como um todo mostrar que os trabalhadores em suas bases anseiam de apoio e de acompanhamento, para tanto precisamos voltar às raízes e fazer acontecer na prática os princípios e os conceitos da educação do campo.

## REFERÊNCIAS

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. **O campo como território de conflitos, de lutas sociais e movimentos populares.** In: SCOCUGLIA, Afonso Celso; JEZINE, Edineide (Orgs.). **Educação Popular e movimentos sociais.** João Pessoa: Ed Universitária, 2006.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é – o que não é.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

CALADO, Alder Júlio F. C. (Org.). **Movimentos sociais, estado e educação no nordeste: estudos de experiências no meio rural.** João Pessoa: Idéia, 1996.

DUARTE, Laura Maria Goulart. **Tristes Cerrados: Sociedade e Biodiversidade.** Brasília: Paralelo 15, 1998.

Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo. Resolução CNE/CEB nº 1 – de 3 de abril de 2002.

**Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – ECO 92**

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete (Org.). **Por uma educação do campo: identidade e políticas públicas.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. v. 4.

KOLLING, Edgar; NÈRY, Irmão; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma Educação Básica do Campo** (memória). Brasília: **Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo”**, 1999. (Coleção Por Uma Educação do Campo,1).

MOLINA, Mônica Castagna (org.). **Educação do campo e pesquisa: questões para refletir.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

PEREIRA, Antônio Alberto. **Pedagogia do Movimento Camponês na Paraíba: das Ligas aos Assentamentos Rurais.** João Pessoa: Editora Universitária, 2009.

WHITAKER, D. e ANTUNIASSI, M. H. R.. **Escola pública localizada na zona rural: contribuições para sua estruturação.** Cadernos CEDES, n. 33, p. 9-42, Papirus, 1992.